



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA QUARTA (4ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quatorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Quarta (4ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 20 de fevereiro de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Posto isto, às 18h33, o Sr. Presidente suspendeu a sessão em curso, para cumprimento do disposto no Requerimento nº 35, de 2014, da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, para homenagem especial pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, efeméride de 8 de março. Foram homenageadas distintas senhoras das mais diversas áreas da sociedade mogimiriana, a saber: *Pedagoga Raquel Imaculada Alves (vereadora Márcia Róttoli); Dra. Adriana Tavares Oliveira Penha, Diretora Geral da Câmara (vereador Luis Roberto Tavares); Senhora Amábile Maria Voltan Logli (vereador Cinoê Duzo); Agente Comunitária de Saúde Ângela Maria Bortolucci Arantes (vereadora Daniela Dalben); Conselheira Tutelar Célia Bernadete Machado D'Albó (vereador Manoel Palomino); Sra. Eladir R. Sobottka de Moraes (vereador Laércio Pires); Sra. Eliandra Ferreira Gomes (vereador Daniel Santos); Assessora Parlamentar Hermínia Dovigo Solidário de Souza (vereadora Maria Helena Scudeler); Funcionária Pública de carreira Kátia Aparecida Ricci (vereador Benedito do Couto); Dra. Liney Therezinha Quintino Silva (vereador Jorge Setoguchi); Assistente Social Maria Aparecida de Freitas Rossi (vereadora Luzia Cortez Nogueira); Carcereira Marta Aparecida Marreira Sechinato (vereador Waldemar Marcurio); Funcionária Pública de carreira e membro da LIFAMM Maria Aparecida Polidoro (vereador Osvaldo Quaglio); Maria Ileide Martins Pereira, representando as "Marias da Terra" (vereador Leonardo Zaniboni); atriz Maysa Magalhães (vereadora Dayane Amaro); Sra. Roseli Aparecida Coser Guarnieri, esposa do vereador Luiz Guarnieri. Cumprida dita providência, a sessão foi reaberta às 20h15. Dando por efetivamente iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Presidente submeteu à apreciação do Plenário as Atas da Terceira (3ª) Sessão Ordinária e Segunda (2º) Sessão Extraordinária, realizadas, ambas, em 17 de fevereiro de 2014, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas*



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 09, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 06/2014, datada de 17/02/2014, objeto do Ofício nº 06/2014, de igual data, “dispondo sobre alterações na Lei Municipal nº 5.360, de 26 de abril de 2013, que criou o Conselho Municipal de Esporte e Lazer”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 2. Projeto de Lei nº 10, de 2014, de autoria da Vereadora Daniela Dalben Mota, “dando denominação à MMR – 051, localizada no Bairro do Macuco, de Flávio Valem Dezotti”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Resolução nº 01, de 2014, do Vereador Leonardo David Zaniboni, “alterando a redação do Artigo 98 da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei Complementar nº 01, de 2014, do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, acompanhado de Mensagem nº 07/2014, datada de 21/02/2014, objeto do Ofício nº 07/2014, de igual data, “estabelecendo valores de adicional de periculosidade às categorias profissionais que especifica – Guardas Civis Municipais e Bombeiros Municipais”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com o Ofício nº. 06/2014 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 09/2014 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs. 84, 85, 88, 93, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, bem como o Secretário de Saúde interino, Gérson Rossi Junior, para que informem por



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que a norma Nota Técnica Conjunta nº 167 01/2013, que introduziu a terapia tríplice para tratamento da Hepatite C, não foi ainda fornecida à população e ainda, quantas pessoas morreram de hepatite C em Mogi Mirim, nos últimos doze meses, e quantos pacientes portadores de Hepatite C estão cadastrados no CEM e que se enquadram no novo tratamento”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe cópia do contrato entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde e a empresa Êxito Assessoria Contábil S/C Ltda.”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, solicitando-lhe cópia, na íntegra, do processo administrativo referente à majoração da tarifa de ônibus urbano” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo-lhe cópia, na íntegra, do procedimento licitatório e o contrato referente ao transporte escolar”; nº 86 e 87, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando Indicação nº 474/2013, solicitando projetos para obras de pavimentação asfáltica no trecho final da Rua Primo Dester, no Jardim Guaçu-Mirim” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando Indicação nº 608/2013, para realizar operação ‘tapa-buracos’ e recapeamento na malha asfáltica da Rua Antonio Pio Brito, no Jardim Guaçu-Mirim”; nºs 89, 90 e 94, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano, para que realize a limpeza nas casas não habitadas no bairro Eugênio Mazon”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando Indicação nº 924/2013, para manutenção da tampa do bueiro, localizado na Avenida João Avancini, no Bairro Mogi Mirim II” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o número de conselhos municipais existentes no Município e quais estão ativos”; nº 91, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a implantação de novas placas, identificando as estradas rurais do Município”; nº 92, de 2014, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, encaminhando minuta de projeto de lei, que institui a Semana de Orientação Sobre Procedimentos da Manobra de Heimlich”; nºs 95 e 96, de 2014, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que preste informações sobre o transporte público, a saber: como a Prefeitura faz a fiscalização; se existe relatório de fiscalização; a frequência da fiscalização nas linhas, sobre reclamações de usuários, entre outras” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que preste informações sobre o transporte universitário, a saber, quantos estudantes foram beneficiados com o subsídios nos anos de 2009 até 2013, entre outros dados”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 92, 93, 94, 95, 96, 97 e 98, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, respectivamente, “operação ‘tapa-buracos’ na Rua Francisco A. Gonçalves, localizada no Jardim Silvânia”, “operação ‘tapa-buracos’ na Rua João Carlos da Cunha Canto, localizada no Jardim Silvânia”, “operação ‘tapa-buracos’ na Rua Antonio Bertazzoli, localizada no Jardim Silvânia”, “operação ‘tapa-buracos’ na Rua Joaquim Andrade, localizada no Jardim Paulista”, “pavimentação na Rua Napoleão Benatti, localizada no Jardim Nossa Senhora Aparecida”, “operação ‘tapa-buracos’ na Rua Manoel da Costa Manso, localizada no Jardim Nossa Senhora Aparecida” e “operação ‘tapa-buracos’ na Rua Adolfo Lutz, localizada no Jardim Nossa Senhora Aparecida”; nºs 99, 101, 102, 103, 107, 131 e 132, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, respectivamente, “operação ‘tapa-buracos’ e recapeamento na malha asfáltica da Rua João



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Francisco, localizada no Jardim Bicentenário”, “operação ‘tapa-buracos’ e recapeamento na malha asfáltica da Rua José Maria de Queiroz, localizada no Jardim Paulista”, “operação ‘tapa-buracos’ e recapeamento na malha asfáltica da Rua Vereador Humberto B. Franco, localizada no Jardim Scomparin”, “operação ‘tapa-buracos’ e recapeamento na malha asfáltica da Rua Basílio Cunha, localizada no Jardim Paulista”, “serviços de análise, poda e erradicação das árvores existentes na Rua João Alves, no Jardim Scomparin”, “troca de alambrado na EMEB Professora Ana Isabel da Costa Ferreira, no SEHAC” e “implantação de galerias, operação ‘tapa-buracos’ e recapeamento na malha asfáltica da Rua Lázaro Franco de Moraes, localizada no Jardim Helena”; nºs 104, 105, 106, de 2014, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, sugerindo, respectivamente, “operação ‘tapa-buracos’ e recuperação da malha asfáltica da Rua Jerônimo Romanello, localizada no Planalto Bela Vista”, “sugere que a empresa responsável pela limpeza pública seja orientada a adquirir máquinas de lavar de alta pressão e sopradores de varrição mecânica, para aprimorar a qualidade do serviço” e “sugere que a empresa responsável pela coleta de galhos e entulhos seja orientada a recolher acima do limite de meio metro cúbico por residência, adotando a cobrança apenas do volume excedente”; nºs 108, 109, 111, 123, 125, 127, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “manutenção no asfalto da Rua Irapuã, no Mogi Mirim II”, “limpeza na área verde, localizada no Bairro Eugênio Mazon – CDHU”, “limpeza na UBS, localizada no Parque das Laranjeiras”, “manutenção nas ruas do Planalto Bela Vista”, “limpeza nas calçadas da Rua Retirada da Laguna, no Bairro do Mirante”, “manutenção nas ruas do Parque das Laranjeiras, especialmente na Rua Francisco Ferrete, por onde circula o ônibus”; nºs 112, 113, 114, 115, 116, 117, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “retirada do redutor de velocidade na Rua do Tucura, em frente ao nº 380”, “mudança de redutor de velocidade na Rua Marciliano, da altura do nº 697, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

altura do nº 661”, “implantação de sinalização horizontal ‘proibido estacionar’ na Rua Joaquim Firmino, nº 298”, “sugere identificação do nome da secretaria municipal, na fachada dos prédios que as abrigam”, “limpeza na área, localizada na Rua Érico Veríssimo, próximo ao nº 285, no Linda Chaib” e “operação ‘tapa-buracos’ na Rua Ministro Manoel da Costa Manso, próximo do cruzamento com Rua Padre Roque”; nºs 118, 119, 121, 122, 124, 133, de 2014, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. Cruz Palomino, sugerindo, respectivamente, “reforma no stand de tiro, localizado próximo ao Aeroclube, utilizado pela Guarda Municipal, Polícia Civil, Polícia Militar e Tiro de Guerra, visando adequações para possível centro de treinamento tático”, “ampliação da pintura de solo de carga/descarga, na Rua Ulhôa Cintra, em frente ao nº 458”, “identificação e notificação do proprietário de terreno abandonado, localizado na Rua Adriano Stevenson do Nascimento, em frente ao nº 671, no Parque Real II, para limpeza”, “intensificação do patrulhamento no Bairro Parque Real II, mais precisamente na Rua Adriano Stevenson do Nascimento”, “providências, para acúmulo de águas pluviais na Rua Prefeito João Antunes de Lima, em frente ao nº 286, Bairro Santa Cruz” e “estudos para doação de área pertencente ao Município à entidade Sociedade Santo Antonio de Mogi Mirim”; nºs 120 e 126, de 2014, do Sr. Vereador Luiz Antônio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “reparos na pavimentação asfáltica da Avenida Governador Ademar de Barros, em frente ao nº 75” e “reparos na pavimentação asfáltica, em toda a extensão da Rua José Magrini”; nºs 128, 129, 130, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, respectivamente, “fiscalização e que sejam oficiados os comerciantes de revistas e publicações para a observância da determinação legal dos Artigos 78 e 257 do ECA – Estatuto da Criança e Adolescente”, “recapeamento da Rua Erisvaldo Nascimento da Silva, no Jardim Europa” e “implantação de redutor de velocidade, tipo lombada, na Rua Erisvaldo Nascimento da Silva, no Jardim Europa”; nº 134, de 2014, da Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Maria Helena Scudeler de Barros, sugerindo, “operação ‘tapaburacos’ na Rua 25 de Janeiro, no Bairro Santa Luzia”; nº 135, de 2014, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “a inclusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS no currículo escolar”; nºs 136 e 138, de 2014, do Sr. Vereador Benedito José do Couto, sugerindo, respectivamente, “a criação do Espaço Fé, no Teatro de Arena” e “a criação de rampa de acessibilidade no setor de protocolo e na escadaria do Paço Municipal”; nºs 137, 139, 140, 141 e 143, de 2013, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “providências, para ligação de água na quadra do NIAS”, “demarcação e pintura das faixas de rolagem de veículos, laterais e de ultrapassagem na Rodovia dos Agricultores – MMR 347”, “implantação de redutor de velocidade, tipo lombada, na Rodovia Franco Montoro, em frente ao nº 788, próximo à borracharia, bem como o acostamento” e “implantação de redutor de velocidade, tipo lombada, na Rua Antonio Moreno Peres, em frente ao nº 1423, no Jardim Maria Beatriz” e “implantação de redutor de velocidade, tipo lombada, na Rua José Mathias, em frente ao nº 303, no Bairro Tucura”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 008, de 2014, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com os integrantes do Corpo de Bombeiros do Município, pelo esforço e dedicação no combate ao incêndio ocorrido na empresa Super Watts”; nº 009, de 2014, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com o jornalista Paulo Henrique Tenório, editor do jornal O Impacto, pela matéria editada em 15 de fevereiro último, referente ao incêndio ocorrido na empresa Super Watts”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 097, 098, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

110, 111, 112, 113, 114, datados de 17, 19 e 20 de fevereiro de 2014, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 424/2013; Requerimento nº 751/2013; Indicação nº 943/2013; Indicação nº 926/2013; Indicação nº 1015/2013; Indicação nº 1063/2013; Indicação nº 994/2013; Indicação nº 1043/2013; Indicação nº 004/2014; Indicação nº 024/2014; Indicação nº 043/2014; Requerimento nº 043/2014; Indicação nº 045/2014; Indicação nº 030/2014; Indicação nº 028/2014; Requerimento nº 027/2014, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício nº 051/2014, datado de 18 de fevereiro de 2014, subscrito pelo Presidente do SAAE, Celso Cresta, “respondendo ao Requerimento nº 37/2014, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Sr. Vereador Luís Roberto Tavares); Ofício nº 02/2014, datado de 21 de fevereiro do corrente, subscrito pelo Vereador Luiz Antonio Guarnieri, “comunicando sua assunção à liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores à Câmara de Mogi Mirim”; (arquive-se); Telegramas referências: n.ºs. 003561, 005053 de 2014, datados de 20 de fevereiro do corrente, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Como o primeiro orador inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Cinoê Duzo, que registrou seu protesto em relação ao aumento da tarifa do transporte coletivo urbano, anúncio feito pela administração municipal. O Vereador disse que a nova tarifa seria de três reais e trinta e dois centavos e perguntou onde estava a Tarifa Um Real, para todos os mogimirianos, conforme prometera o Prefeito Gustavo Stupp, durante sua campanha eleitoral. O Vereador colocou que os anúncios da administração eram sempre feitos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

próximos às datas celebrativas, tais como, o Carnaval, o Natal e as festas de final de ano, quando tudo era motivo de festas; pediu que todos diferenciassem aquilo que era importante, daquilo que era urgente, colocou que urgente não era comprometer gastos com o Carnaval, por exemplo, mas sim, com a saúde, com a reestruturação da Guarda Municipal, com a melhoria do salário dos professores, com a questão do esporte, para cuja secretaria não era possível a contratação de novos profissionais, e ainda, lembrou a ‘jornada’ de projetos remetidos e votados às pressas, às vésperas do Natal de 2013, ditos em caráter de urgência, e que haviam sido apreciados pela Casa, mesmo sem tempo hábil para estudos aprofundados, haja vista o clima comemorativo coletivo. O Vereador falou também da questão dos estudantes universitários, que aguardavam uma definição para o seu problema de subsídio do transporte intermunicipal, ratificando que tal assunto era de emergência e urgência e recordou que o atual Prefeito, quando vereador, defendia com ‘unhas e dentes’ os jovens e o transporte dos universitários, mas que, agora, só havia descaso para com os estudantes. “É o clima de carnaval, onde tudo pode”, frisou. Falou da reunião entre estudantes e administração, organizada pelo Vereador Daniel dos Santos e lhe pediu que colocasse os resultados obtidos junto ao Governo Municipal e, para finalizar, sublinhou o descaso da administração para com os estudantes. “Por que os projetos de interesse da situação são enviados com rapidez e os outros não?”, questionou, concluindo. Como o próximo orador inscrito, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, desistisse da palavra, fez uso da mesma o Vereador João Antonio Pires Gonçalves que, desde logo, cumprimentou o Vereador Benedito José do Couto, pelo seu retorno à presidência da Câmara e para a condução dos trabalhos legislativos, após licença saúde para tratamento médico. O Vereador também agradeceu o Secretário de Obras, Wilson Rogério, o qual classificou de muito competente, pelo recapeamento efetuado em várias ruas no Bairro da Santa Luzia, em atendimento a um seu pedido. “Toda população está



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

contente, lembrando sempre que o Vereador não pede para si, mas porque a população solicita”, finalizou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que também cumprimentou o Vereador Benedito do Couto, pelo retorno às atividades da vereança. Depois, o Vereador mencionou audiência pública, agendada para o dia 26 do corrente, quarta-feira, para discussão dos assuntos relativos à majoração da tarifa de água, executada pelo SAAE, mas explicou que, tanto o Promotor Público, Rogério Filócomo, quanto o representante do SAAE haviam declinado do convite, o primeiro, por compromissos assumidos anteriormente, e o segundo, porque dava o assunto como encerrado, diante da sentença judicial que dera ganho de causa à autarquia municipal, na questão. Por tais razões, o Vereador cogitava cancelar a audiência pública, já que estaria desfalcada de presenças representativas, mas afirmou que, antes disso, faria reunião com os pares para decidir. “Nas contas dos meses de outubro, novembro, dezembro de 2013 e janeiro de 2014, algumas apresentaram valores cinco vezes o valor normal e seria este o tema da audiência, mas sem a presença do diretor do SAAE e com a ausência do Promotor, a audiência estaria desfalcada e precisamos ver as planilhas do SAAE, para descobrir o que ocorre com algumas contas”, elucidou. Para encerrar, informou que o Deputado Bruno Covas havia conquistado um caminhão para o Município, para início da coleta seletiva de lixo, veículo que era único na região e afirmou que a luta continuaria, objetivando aquisição de outros caminhões, para Mogi Guaçu e Itapira, num trabalho em parceria com os vizinhos, para o meio ambiente como um todo. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que comentou os requerimentos por ela apresentados, o primeiro, sobre a questão da Hepatite C, e o segundo, em relação à majoração da tarifa de ônibus urbano. No tocante ao tratamento da Hepatite C, a Vereadora colocou que Mogi Mirim tinha alto índice de infectados; que o município estava aquém na linha de tratamento, porque apesar de expressa há um ano, a cidade não fazia uso da norma que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

instituíra o novo e eficaz tratamento para o vírus, com um novo medicamento, ainda em teses, mas já com excelentes resultados. “A Secretaria de Saúde se mantém ainda inerte neste assunto e sabedora desta realidade, peço que seja introduzido o novo tratamento, porque Mogi Mirim tem tudo o que a Federação exige para o repasse do eficaz medicamento”, pontuou. No tocante à majoração da tarifa de ônibus urbano, a Vereadora lembrou que, em 2013, ela tinha levantado diversas irregularidades sobre a questão, quando fora então aberta uma sindicância, para averiguação das denúncias, mas que, até agora, não sabia o seu resultado e salientou que existia uma ação relativa, em trâmite, na Justiça, e que, por tais razões, ficava bastante apreensiva, pois a população necessitava do transporte coletivo urbano e essa era uma situação com a qual todos os vereadores deveriam se preocupar, lembrando, igualmente, que o aumento da tarifa para três reais e trinta e dois centavos estava acima da inflação, algo inaceitável, em sua opinião, solicitando a todos que acompanhassem o assunto com atenção. Para encerrar, destacou outros requerimentos, dessa vez solicitando documentos para averiguação de denúncias contra o transporte escolar e as atividades do Consórcio Intermunicipal de Saúde 8 de Abril. Como o próximo orador inscrito, Vereadora Dayane Amaro Costa, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna para discursar o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que comentou sobre requerimento que apresentou, encaminhando minuta de projeto de lei, visando instituir a Semana de Orientação Sobre Procedimentos da Manobra de Heimlich, no Município. Explicou que se tratava de assunto sério; que esta manobra era usada em casos de afogamento, que, se empregado, tal procedimento salvaria vidas infantis e que, sua intenção era constituir a semana para instrução e orientação de pessoal, em escolas e creches da rede pública, formando colaboradores aptos à execução da manobra. Para encerrar, disse ter apresentado também solicitação para implantação do curso de LIBRAS no currículo escolar, objetivando facilitar o diálogo com os deficientes. Ato



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri que, desde logo, proferiu votos de bom retorno e boa saúde ao Vereador Benedito José do Couto, pelo seu regresso às atividades da vereança. Depois, comentou a respeito da greve das unidades escolares da ETEC e FATEC, em Mogi Mirim, esclarecendo que, apesar de uma reunião realizada na coordenadoria, na Capital, a situação continuava indefinida, levando-o a torcer para que se resolvesse da melhor forma possível. Relatou ainda, reunião com lugar nas Chácaras Sol Nascente, agrupando moradores também das Chácaras São Francisco e adjacências e representantes da Guarda Municipal e Polícia Militar, para trato de assuntos de segurança pública e contenção de assaltos naquela zona. Narrou que importantes informações tinham sido repassadas pelos representantes da segurança, que a ajuda da GM e PM era imprescindível para a contenção do crescente número de assaltos, que a administração precisava atentar aos detalhes, precisamente, o aumento da criminalidade, e que, era necessário um trabalho ostensivo, pois, caso contrário, a população sofreria com as consequências do aumento da criminalidade. Com relação ao reajuste do transporte urbano, o Edil do PT destacou que a questão era delicada, que existia um processo licitatório, mas que, realmente, preocupava-o o aumento estabelecido, muito acima da inflação. “A vereadora Luzia já solicitou documentos e espero que ela os receba, vamos estudar e chegar a um denominador comum, principalmente, para os usuários, aqueles que mais precisam, e espero que tudo se resolva de forma satisfatória, atendendo os que necessitam do serviço coletivo”, frisou e encerrou sua participação. O próximo orador a fazer uso da palavra no “Expediente” foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que respondeu ao Vereador Cinoê Duzo, explanando que, em relação aos universitários, não existia situação, ou oposição, e que ele, orador, gostaria de anunciar uma melhora no subsídio, mas, infelizmente, até o presente momento, não obtivera qualquer resposta por parte do Poder Executivo. “Às vezes, temos a impressão de que a administração gosta de ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

criticada, porque numa questão tão simples, que poderia já ter sido resolvida, fica ainda pendente e agora vai se arrastar até a próxima sessão, portanto, vamos aguardar a vontade do Prefeito”, frisou, para concluir. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Jorge Setoguchi que, de início, cumprimentou o Vereador Benedito José do Couto pelo restabelecimento de sua saúde e pelo seu retorno à presidência da Câmara. Depois, comentou indicação de sua autoria, através da qual sugeriu limpeza em área, localizada na Rua Érico Veríssimo, próximo ao nº 285, no Bairro Linda Chaib, explicando que se tratava de um terreno da Prefeitura, que estava com o mato alto, ocasionando a aparição de ratos, baratas e animais peçonhentos, destacando, igualmente, que o Município deveria dar o exemplo, para que a população nele se espelhasse. Por fim, versou sobre um seu requerimento, solicitando do Prefeito a implantação de novas placas, identificando as estradas rurais do Município, contendo as denominações aprovadas pela Câmara, visando, com a medida, facilitar o trabalho da Guarda Municipal, da Polícia Militar, da Polícia Civil e também, o trânsito de populares. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. Iniciando, o Vereador desejou um feliz retorno ao Vereador Benedito José do Couto, rogando as bênçãos de Deus sobre o Presidente da Câmara. Prosseguindo, agradeceu aos responsáveis pelo setor de Meio Ambiente da Prefeitura de Mogi Mirim, pelo atendimento de várias solicitações, bem como agradeceu às senhoras que executavam a limpeza no Município, funcionárias da empresa terceirizada, dizendo que estavam executando um excelente trabalho, limpo e transparente, pois a cidade estava ficando ‘o que era para ser’. Também mencionou o novo asfalto que estava sendo feito nos Bairros Novacoop e Santa Luzia, as melhorias que estavam surgindo nos quatro cantos da cidade. Parabenizou a administração pelo ‘trabalho social de limpeza’, agradeceu aos Secretários Municipais, que estavam trabalhando, desdobrando-se, porque a Prefeitura estava sem pessoal. “Não há pessoal, o Departamento de Obras não tem pessoal, mas,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com a terceirização, a coisa está caminhando”, frisou. Sobre a tarifa de água, concordou que a conta de água estava num patamar muito alto, que a situação era complicada e que algo deveria ser feito, mas declarou que a população precisava ter conhecimento de que a majoração da água e a do transporte coletivo não passavam pela aprovação da Câmara, quando era fato, que se espalhava o contrário pela cidade. Falou também de seu projeto social, narrando que estivera estacionado, com seu Gabinete Móvel, no Jardim Primavera, que conseguira arrecadar e doar vários gêneros, tais como, colchões velhos, roupas usadas, eletrodomésticos e alimentos, informando ainda, que daria sequência para tais atividades depois do Carnaval e que, o próximo bairro atendido seria o Inocoop. Para encerrar, reclamou sobre a situação da Avenida Amucci Truffi, explicando que o proprietário dos terrenos já havia sido notificado pela secretaria responsável, para execução de calçadas, todavia, sem qualquer retorno, e que, a ausência de calçamento dificultava o trânsito de pedestres, que utilizavam o leito carroçável da via, colocando-se em situação de perigo. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto que, primeiramente, agradeceu a Deus, pelo restabelecimento de sua saúde, bem como agradeceu todos os votos e as orações proferidos, dizendo ainda, que era uma honra retornar para o convívio dos nobres pares. A seguir, parabenizou o Vereador João Antonio P. Gonçalves, 1º Vice-Presidente que o havia substituído na presidência dos trabalhos, e ainda o suplente do PV que assumiu, Dr. Honório José Ferreira. Ato contínuo, o Edil comentou as indicações que apresentou, uma delas, sugerindo a criação do Espaço Fé, no Teatro de Arena, e a outra, sugerindo a implantação de rampa de acessibilidade no Setor de Protocolo e na escadaria do Paço Municipal. Destacou que o Deputado Roberto de Lucena, PV/SP, já havia se



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

comprometido em conquistar verbas para transformar o Teatro de Arena no Espaço Fé, um local adequado, com cobertura, iluminação e banheiros, a fim de que Deus pudesse ser ali adorado, ecumenicamente, por todas as religiões. Para finalizar, disse que aguardava o atendimento de suas solicitações, também da rampa de acesso, a fim de que Mogi Mirim avançasse e se tornasse, cada vez mais, uma cidade sustentável. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que também comentou a majoração da tarifa do transporte público, afirmando que cabia ao Poder Público a fiscalização dos serviços da concessionária e que, estava recebendo inúmeras reclamações a respeito do transporte público e de sua baixa qualidade. Disse que já tinha confirmado todas as denúncias recebidas e constatado que o transporte se locomovia com as portas abertas; que não havia manutenção nos carros, veículos que estavam sempre quebrados e sujos, que tais veículos estavam sempre superlotados, haja vista a redução da frota, e que, não havia garagem da empresa em Mogi Mirim, levando os ônibus a permanecerem estacionados, dia e noite, na Rua Ulhôa Cintra, por exemplo. Assim sendo, prosseguiu a Edil, ingressara com dois requerimentos, desejava de saber como o Poder Público estava fazendo a fiscalização. Conjecturou que, se este era o momento de discussão da majoração da tarifa, os Vereadores deveriam conversar com a nova empresa concessionária, e colocou que a qualidade do serviço era superior à época da concessionária Viação Santa Cruz. Afirmou que sua posição era contrária à majoração aplicada, porque o serviço tinha decaído demais em sua qualidade, que os vereadores deviam ponderar sobre o assunto relativo ao aumento da tarifa e a qualidade reduzida e, para concluir, deixou sua insatisfação em relação ao transporte público e à nova empresa que o havia assumido. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que iniciou, parabenizando o Prefeito Gustavo Stupp pela limpeza que estava sendo feita na cidade, começando a aparecer nos bairros e praças, dizendo ainda, que havia lhe dado o seu voto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de confiança e que estava vendo o resultado satisfatório. Informou que o processo de contratação dos novos zeladores, os detentos do Centro de Ressocialização, estava quase no final e que, quinze praças seriam beneficiadas com o projeto. Aclarou que seu maior anseio era mesmo pela limpeza da cidade, porque o benefício de uma cidade limpa era uma obrigação do Poder Público e trazia completo bem estar às pessoas. Salientou que estava satisfeita com a situação da limpeza na cidade e esperava que esta terminasse tão bem como havia começado, lembrando, igualmente, que estava fiscalizando a ação nos bairros. Em relação à saúde, afirmou que estava preocupada com a interferência que estava acontecendo no Consórcio Intermunicipal, porque, com a suspensão de exames, a população seria a maior prejudicada. “Não entro no mérito da necessidade de licitação, ou não, porque a minha preocupação é em relação à falta de exames, que a população vai deixar de ter, haja vista as denúncias infundadas”, explicou. “O Dr. Ary, enquanto político, não poderia vender exames para o consórcio e pensamos até em falar com ele, para que renunciasse à vereança e pudesse se dedicar à área da saúde, a fim de que a população pudesse ter seus exames, pois sua empresa é a única que presta o serviço, mas não foi possível, então, eu não vejo como iremos suprir a falta de exames e, agora, com a exigência da licitação, será ainda mais complicada a situação”, explanou. Mudando de assunto, colocou que estaria em praça pública, nos finais de semana, coletando assinaturas para abaixo assinado, em apoio à municipalização da merenda escolar, para que o processo estivesse pronto para o ano vindouro, com tempo hábil, a fim de que as cozinhas fossem devidamente equipadas, com merendeiras concursadas, para municipalizar a merenda escolar, porque, do modo como se encontrava o serviço terceirizado, atualmente, não era possível continuar. Lembrou ainda, que a qualidade da merenda, quando municipalizada, era notadamente melhor, atendendo, de fato, aos anseios das crianças em idade escolar. “Vamos implantar um modelo inédito, com elaboração setorizada da merenda, cada região



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com sua necessidade, para o pleno desenvolvimento físico e intelectual das crianças”, sublinhou, concluindo seu discurso. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Leonardo David Zaniboni, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Luís Roberto Tavares, que concluiu sua fala a respeito da coleta seletiva de lixo, afirmando que o Prefeito assinaria convênio com uma ONG, ainda na semana em curso, para a instalação dos eco pontos de coleta, nas escolas, para recebimento de todo tipo de lixo eletrônico. Sobre suas proposituras, mencionou ter requerido manutenção para as ruas de terra do Parque das Laranjeiras, principalmente, para as Ruas Francisco Ferreti e Milton da Silva Pedreira, e para as ruas do Planalto Bela Vista, explicando que as vias, sem manutenção, não permitiam o trânsito dos ônibus coletivos e outros veículos pesados. Justificou também indicação para operação ‘tapa buracos’ nas Ruas Tupi e Arapuã, no Bairro Mogi Mirim II, em decorrência do péssimo estado de conservação das vias, bem como apresentou sugestão para a Rua João Avancine, localizada em área muito movimentada no Mogi Mirim II. O Vereador também apresentou requerimento, solicitando a limpeza das casas abandonadas e da área verde da CDHU, e ainda, limpeza para a Rua Retirada da Laguna e para o Posto de Saúde do Parque das Laranjeiras. Requereu a palavra, como Líder, artigo 98 do RI, a Vereadora Dayane Amaro Costa, que se manifestou sobre a questão da acessibilidade nos prédios da Prefeitura e Câmara, desde logo, agradecendo a indicação proposta pelo Vereador Benedito José do Couto, que fortalecia a luta. Explicou que, desde que fora eleita, sua luta havia sido pela acessibilidade, principalmente, no Edifício do Paço, onde existia apenas a rampa de acesso ao Gabinete do Prefeito. A Vereadora colocou que a situação de acesso ao Setor do Protocolo era vergonhosa, porque era este o local onde a população, incluindo a deficiente, apresentava seus requerimentos. “Já passou da hora, temos que dar exemplo, a Câmara se adaptou, falta algo ainda, mas sei que o Vereador Benedito do Couto apoia a causa”, frisou, encerrando. Solicitou a palavra como



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, passando a mesma à sua liderada, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que se dirigiu ao Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, e lhe questionou. “Quero indagar ao Presidente uma questão que surge dentro desta Casa, porque hoje, eu obtive uma informação e quero questioná-lo sobre o que há de verdade, ou seja, a informação de que tramita um acerto, para que esta Casa de Leis vá se dirigir a um prédio, de propriedade do Sr. Nilson Higino, proprietário da Bancred, sito ao lado da Matriz de São José, pois consta que há acerto já existe um ano, possível razão do embargo da obra de reforma, sabemos que o referido prédio está quase pronto, e, portanto, pergunto se a Câmara será instalada lá e qual é a verdade desta situação, Sr. Presidente”, inquiriu a Vereadora do PSDB. A Vereadora também disse que a atual condição da vereança e dos funcionários era precária, haja vista o momento da Câmara, dividida entre dois prédios, e aguardou a manifestação de resposta do Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto. O Presidente respondeu à Vereadora Maria Helena Scudeler, explicando que existia um projeto de reforma do Edifício do Paço, que estava caminhado, mas que, diante do ‘diz que diz’ de jornais, de muitas coisas ocorridas e de falas expressas na mídia da cidade, por parte de pessoa do Poder Executivo, soube-se que o Prefeito precisaria do espaço, que anteriormente prometera ceder à Câmara. Diante disso, o Presidente explicou que se havia pensado numa outra solução e outras possibilidades, como aluguel, mas que, em relação ao prédio referido, não existia ‘nada acertado’. Lembrou que realizara reunião com todos os vereadores, funcionários e assessores, que muitas ideias tinham surgido e que, na ocasião, ficara combinado que ofícios seriam remetidos às várias imobiliárias da cidade, na procura de um prédio que abrigasse a totalidade da Câmara de Vereadores. Concordou que a atual situação era embaraçosa e disse que, pessoalmente, tinha preferência de mudar a Câmara para um prédio novo, locado, porque a Edilidade ‘não poderia continuar no meio do caminho’, como estava. Para finalizar a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

explicação, afirmou que existiam alguns prédios em vista; que estes seriam visitados, que jamais daria início ao processo de reforma, se tivesse já há um ano com a intenção de ocupar determinado prédio e que, se conversas existiam, eram boatos, totalmente fora de cogitação. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que lhe foi negada pela presidência, haja vista alteração de liderança na bancada do Partido dos trabalhadores, conforme o disposto em ofício integrante da correspondência da presente sessão, dada como lida. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h46, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: "ex-vi" do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 04, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre a composição, organização e competências do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim e dando outras providências". Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 04/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); 2. Projeto de Lei nº 06, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre alterações das Leis Municipais nºs. 5.378 e 5.493, de 2013, que dispõem sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e a reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, respectivamente". Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 06/2014,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); 3. Projeto de Lei nº 08, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a reestruturação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mogi Mirim e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 08/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); 4. Projeto de Lei nº 09, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alterações na Lei Municipal nº 5.360, de 26 de abril de 2013, que criou o Conselho Municipal de Esporte e Lazer”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 09/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no Artigo 47, § 1º da Lei Orgânica Municipal:** 5. Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 03, de 2013, de autoria da Vereadora Daniela Dalben Mota e outros, “alterando a redação dos Artigos 255, 259, 260 e 262, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim”; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Emenda à LOM nº 03/2014, da Vereadora Daniela Dalben Mota); (à Mesa da Câmara Municipal para promulgar, de acordo com o Artigo 9º, XII, do Regimento Interno, combinado com o Artigo 47, § 2º, da LOM); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 6. Projeto de Lei nº 164, de 2013, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “instituído o “IPTU VERDE”, desconto no Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) às habitações sustentáveis e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo que disse ver com ‘bons olhos’ a matéria e passou a relatar os fatos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

passados, informando que o projeto fora proposto, na sua primeira tentativa de aprovação, pelo Vereador Marcos Bento de Godoy, atual Subprefeito de Martim Francisco, sendo aprovado, em primeiro turno, por doze votos favoráveis a quatro contrários e, e em segundo turno, aprovado por treze votos contra três. Prosseguiu, relatando o trâmite do projeto, informando que recebera veto do Chefe do Executivo, que fora acolhido, dessa vez, por expressivos votos favoráveis, sendo, então, respeitada a vontade democrática da maioria, arquivando-se o processado. Lembrou que o Vereador Leonardo Zaniboni tinha apresentado, primeiramente, um requerimento, que fora retirado e que, depois, retornara o autor, com outro requerimento, desta vez contendo a minuta do projeto de lei, portanto, o mesmo caminho percorrido em 2009, algo que lhe trazia preocupação, porque o veto poderia vir, novamente, pela inconstitucionalidade da matéria. O Vereador Cinoê também recordou as falas do Vereador Leonardo Zaniboni, em relação às suas justificativas aos pareceres anteriores da Comissão de Justiça e Redação, dizendo que este sempre emitira pareceres técnicos, estranhando, portanto, a matéria apresentada, notadamente inconstitucional, solicitando, ao final de sua fala, que o Vereador explicasse este seu proceder. “Nós gostaríamos que o senhor praticasse aquilo que nos orienta a fazer, ou seja, que remetesse o projeto via minuta”, sublinhou o Edil, encerrando. Para responder ao Vereador Cinoê Duzo, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, que concordou que o projeto era uma cópia do projeto do Vereador Marcos Bento de Godoy, todavia, destacando que desconhecia o trâmite do projeto anterior, dele tomando conhecimento apenas após a apresentação de sua minuta. Frisou que o projeto tinha sido elaborado pelo seu assessor anterior, Dr. Diego Mussato, e por ele, vereador, com um profundo estudo de várias leis, espalhadas pelo Brasil, pinceladas para se chegar a um texto final, que fora apresentado. Com relação ao parecer propriamente dito, o Vereador Leonardo sugeriu que o Vereador Cinoê procedesse a sua leitura, antes de criticá-lo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“Leia o parecer, que é favorável, porque mesmo que me explique aqui, eu não serei objetivo”, frisou e concluiu sua explicação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 164/2013, do Vereador Leonardo Zaniboni); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo Turno); 7. Projeto de Lei nº 200, de 2013, de autoria da Vereadora Maria Helena S. de Barros, “dispondo sobre o processo de tombamento de bens e sobre o uso e ocupação das áreas de entorno aos bens tombados, ou em processo de tombamento, conforme artigos 229, 230, 231 e 232, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento. Para explicar a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, aclarando que o projeto tinha sido apresentado, na tentativa de dar um formato definitivo aos bens históricos da cidade e aos projetos de tombamento, rogando a anuência dos nobres pares, para a possível preservação dos bens da cidade de Mogi Mirim; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 200/2013, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo Turno); 8. Projeto de Lei nº 201, de 2013, de autoria da Vereadora Maria Helena S. de Barros, “dispondo sobre a criação do Conselho de Proteção e Defesa do Patrimônio Cultural de Mogi Mirim e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento; (posto a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 201/2013, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo Turno); 9. Projeto de Lei nº 07, de 2014, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “instituinto o Dia de Combate à Homofobia no Município de Mogi Mirim, a ser comemorado no dia 17 de Maio”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Para discutir a proposta, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando apoio dos pares



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

à sua causa e explicando que sua proposta se baseava no combate à intolerância e ao preconceito; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 07/2014, da Vereadora Dayane Amaro Costa); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Vereadores Cinoê Duzo, Osvaldo Quaglio e Luís Roberto Tavares, desistissem da palavra, fez uso da mesma o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que teceu um breve comentário sobre seu discurso, proferido na sessão passada, afirmando havia dito que a Prefeitura tinha dinheiro para a contratação de médicos e que, faltavam médicos desejando ser contratados pela Prefeitura de Mogi Mirim, segundo informação do Secretário de Saúde interino, Gérson Rossi Junior. “O Vereador Cinoê, portanto, precisa prestar mais atenção, pois vem aqui e cobra contratações na área do esporte, mas se esquece de que deu voto contra a criação da Secretaria de Esportes, logo, não entendo a posição do Vereador, que vota contra e depois vem cobrar resultados”, frisou o Vereador João Gonçalves, concluindo sua participação. Como o próximo inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa, que agradeceu a aprovação de seu projeto, porque a sociedade deveria mesmo quebrar tabus e paradigmas e garantir o direito de todos os cidadãos e, para concluir, congratulou-se pelo octogésimo segundo aniversário da instituição do voto feminino, destacando a luta pelos direitos femininos, que prosseguia, decididamente, no combate à discriminação. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que disse ter sido pego de surpresa com o comunicado de que não era mais o Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, na Câmara, e que deveria ter sido informado da existência de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ofício. Explicou, que o partido poderia apenas indicar, mas que, para efetivação da troca da liderança eram necessárias as assinaturas de todos os membros da bancada e ele, membro, não havia assinado. “Quando foi constituída a liderança, eu assinei e ele também, então, a partir de hoje, o PT está sem liderança na Casa, porque eu não concordo que ele seja líder, logo, não assino para ele, e ele não assina para mim”, raciocinou. Destacou que poderia ter aberto a liderança, se não fosse a ingerência do Presidente do PT, em transição de cargo, Ernani Donatti Gragnanello, que ‘nunca transmitia da presidência do partido’ e afirmou ainda, que o atual presidente do PT de Mogi Mirim era Oberdan Quaglio Alves. “Digo ao colega, que debates entre filiados partidários ficam dentro do partido e que deve existir respeito mútuo, mas já ficou provado que, para com a minha pessoa, não há e eu estou de saco cheio e sem paciência, logo, declaro em alto e bom som que o PT não tem mais líder de bancada na Câmara”, sublinhou, finalizando. Para responder, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri, parafraseando o Presidente da ACIMM, José Antonio Scomparin, e citando: “é melhor nos aturarmos, do que brigarmos”. Destacou, que ambos os petistas tinham opiniões totalmente distintas, mas que havia respeito entre eles; que o problema era partidário e que deveria ser resolvido ‘dentro de casa’; que se deveria ter respeito para com todas as pessoas, independentemente de quem quer que fosse; que, no tocante à correspondência citada, o Vereador tinha sido informado, por ele, orador, no início da sessão em curso; que o orador estava, portanto, tranquilo; que à Mesa cabia apenas cumprir o disposto no Artigo 98, do Regimento Interno, dos Líderes e vice-líderes; que, ao final de 2012, ao término das eleições, ambos os vereadores petistas tinham acordado que cada um, durante a atual legislatura, permaneceria um ano na liderança da bancada do partido; que o ano do Vereador Waldemar Marcurio tinha sido o de 2013, que ele, orador, estava apenas cumprindo o estabelecido e que, para dirimir qualquer outra dúvida, ou problema, sugeria uma reunião dentro do Partido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dos Trabalhadores, para trato desse assunto interno. Por fim, disse que procurava manter uma postura correta, honesta e tranquila e que, nada tinha em contrário ao desempenho do Vereador Waldemar Marcurio Filho, na Câmara de Mogi Mirim. Como os próximos oradores, Vereadores Jorge Setoguchi e Laércio Rocha Pires, inscritos, desistissem da palavra, fez uso da mesma a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, questionando o discurso proferido pela Vereadora Márcia Róttoli Masotti, que havia colocado sua preocupação em relação à diminuição de exames médicos, relacionando a queda às críticas ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, feitas pela Vereadora do PSB. A Vereadora afirmou que procurava fiscalizar todas as ações do Poder Executivo, papel do vereador; que não poderia ser conivente, ou ‘parceira’ nas ações no Poder Executivo; que tinha conhecimento de que os exames existiam, não só na Unimed, mas também em clínicas e na Santa Casa; que o exame de endoscopia, por exemplo, poderia ser encontrado em duas outras clínicas, em Mogi Mirim, além da Clínica do Dr. Ary Macedo; que tudo isso poderia já ter sido solucionado, bastando apenas o Dr. Ary ter-se retirado da sociedade, algo muito simples; que o erro por ela apontado, tinha sido em relação à participação do Dr. Ary Macedo, Secretário Municipal de Saúde, numa sociedade que prestava serviços ao município; que bastava à Prefeitura buscar, pesquisar o mercado de produtos; que, atualmente, muitos atos eram comprados de terceiros; que a compra indiscriminada de produtos na área de saúde acabava encarecendo os serviços, sem, todavia, a solução dos problemas mais básicos da área, que continuaria fiscalizando e que, o ilegal deveria ser denunciado. Com relação à falta de médicos, colocou a questão do mercado de trabalho, salientando que os salários propostos pela administração municipal eram, de fato, muito baixos para certas especialidades, ‘quase nada’, levando-se em consideração que, especialidades de maior complexidade exigiam cursos de aprimoramento constantes, além de um instrumental mais caro, e que, os municípios que ofereciam maiores salários



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

capturavam seus profissionais e, como exemplo, disse que no AME, em Mogi Guaçu, não faltavam médicos. “Enquanto as regras não mudarem em Mogi Mirim, nós não vamos ter médicos que queiram trabalhar na cidade”, frisou e concluiu sua participação. Como a próxima inscrita, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistisse da palavra, ocupou a tribuna a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que ratificou suas palavras, replicando as da Vereadora Luzia Nogueira. “Evidentemente, contratar exames, por licitação, fará dificultar sim e isso só está ocorrendo, porque existiram reclamações a respeito do sistema de consórcio, opiniões, uma investigação, que não deu em nada, porque sabem que os preços no consórcio foram firmados em comum acordo, com os prefeitos da região”, colocou a Vereadora do SDD. A Vereadora destacou que era favorável ao sistema de consórcio intermunicipal, para contratação de serviços médicos, em razão da facilidade que trazia à população, e frisou que em todas as cidades o sistema de consórcio funcionava bem, e que, existiam pessoas que prestavam desserviços à comunidade mogimiriana. “Tirar os exames da população não é um ato de fiscalizar, mas prestar um desserviço, e esta é a minha opinião”, sublinhou a Edil. Mudando de assunto e para encerrar seu discurso, informou o ingresso do Secretário de Governo, Gabriel Mazon Tóffoli, às fileiras do Partido Solidariedade de Mogi Mirim, bem como deu ciência para todos de que, em Mogi Mirim, o SDD seguiria a indicação nacional, ou seja, apoiaria as candidaturas de Geraldo Alckmin e Aécio Neves para os governos do Estado e do Brasil, respectivamente. Solicitou a palavra, como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Leonardo David Zaniboni, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Luís Roberto Tavares, que discorreu a respeito das proposituras tinha apresentado, aclarando que visitara escolas e creches, principalmente, na zona leste, e que, havia constatado que o problema com os pombos continuava, dizendo que empreenderia esforços junto à administração, para resolver a questão, definitivamente. Lembrou ainda, que uma empresa de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

controle de pragas havia sido contratada e paga, mas não solucionara a situação. Também comentou reunião realizada com os skatistas da cidade, nas dependências da Câmara, e citou que novas reuniões seriam agendadas, desta vez, com lugar nas praças onde existiam pistas de skate. Convidou todos para concentração, na Avenida Paulista, em São Paulo, para um ato simbólico em prol da classe da enfermagem do Estado de São Paulo, agendado para o dia 14 de março do corrente, e, para concluir sua fala, rogou a todos que tomassem bastante cuidado durante os festejos carnavalescos. “Carnaval é folclore, é cultura, mas devemos ser sensatos e preservar a vida, então tome cuidado, cuide da saúde e da família”, frisou, em derradeiro. Como não houvesse mais oradores inscritos e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h44, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM